

COLABORAÇÃO PREMIADA - CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PARÁGRAFOS 6º A 10º DO ARTIGO 4º DA LEI DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – LEI 12.850/2013

Julian Pacheco¹

André Luis Pontarolli²

Denian Couto Coelho³

Resumo:

O escopo do presente estudo foi de analisar e contextualizar alguns dos dispositivos encontrados na Lei Federal nº 12.850/2013, que trata de organizações criminosas. Em especial, o instituto da colaboração premiada, anteriormente denominada delação premiada, e sua função no processo penal. A colaboração premiada tem sido utilizada em larga escala atualmente, como meio de descoberta de novas provas, da compreensão do *modus operandi* das organizações criminosas, e da incriminação de novos elementos, em especial os chefes da estrutura da organização. De forma mais específica, o artigo fez uma revisão dos parágrafos sexto a décimo do artigo quarto da lei, elencando-os e discutindo seus pontos dominantes e controvertidos pela doutrina. Dada a recente promulgação da lei, a literatura que trata desta lei ainda é rarefeita. Tendo isto em vista, o presente artigo procura compilar alguns temas centrais dos artigos supracitados, e desenvolver uma reflexão sobre a estrutura da própria lei, e sua conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: colaboração premiada; organizações criminosas; propositura; homologação; colaborador.

Introdução

A lei 12.850/2013 foi promulgada com a finalidade de efetivar o combate às organizações criminosas atuantes no Brasil. No corpo de seu texto é encontrada a definição de organização criminosa, além dos meios de investigação criminal relativa a tais delitos, os procedimentos a serem tomados e os meios de obtenção de provas. Neste último tópico se encontra a colaboração premiada, chamada de delação premiada pela lei 9.034/1995, que veio a ser revogada por aquela que é tema desta peça.

¹ Bacharel em Educação Física e Especialista em Treinamento Desportivo pela Universidade Federal do Paraná. Acadêmico de Direito pela Faculdade OPET. E-mail: julian.p@hotmail.com

²Orientador. Professor de Direito Penal das Faculdades OPET. E-mail: andre.pontarolli@hotmail.com

³ Revisor. Professor de Direito das Faculdades OPET.

A colaboração premiada tem sido meio de obtenção de prova em algumas das maiores e mais relevantes ações penais em trâmite no país. Contudo, existe ainda grande divergência doutrinária e jurisprudencial referente à adequada aplicação da lei no processo. O presente estudo vem ao encontro dessa necessidade, discutindo a doutrina e verificando os pontos de concordância e dissenso entre os autores que até o momento se debruçaram no estudo deste diploma legal. Mais especificamente, foram dissecados os parágrafos sexto a décimo do artigo quarto da lei, que dispõe sobre a colaboração premiada.

I. Parágrafo 6º

1.1 – Da Ausência do Juiz na Confeção do Acordo - Imparcialidade do Juiz

A imparcialidade jurisdicional configura-se como um “princípio supremo do processo”, base na qual se sustenta o modelo de heterocomposição, onde uma terceira parte sem qualquer vínculo com a situação fática substitui a autonomia dos litigantes. Referido princípio guarda relação intrínseca com o sistema processual acusatório, que encontra sustentação na própria Lei Constitucional de 1988, mas em clara contradição com o Código de Processo Penal de 1941. O ponto vital da diferenciação entre os sistemas processuais acusatório e inquisitório (caracterizado no CPP) é a gestão de produção probatória. Neste, o juiz participa ativamente da produção de provas (vide artigo 156 do CPP), enquanto naquele a titularidade de produção de provas fica a cargo do órgão acusador. O princípio da imparcialidade não advém de uma virtude, mas da própria estrutura processual⁴.

A disposição legal de que o juiz não tenha participação na concretização do acordo vai ao encontro do princípio acima descrito. A partir do disposto no parágrafo 6º do artigo 4º da nova lei, o juiz não atua no âmbito do estabelecimento dos termos do acordo, tanto para a manutenção da estrutura acusatória do processo, quanto para que a responsabilidade primária da persecução penal fique a cargo do órgão previsto constitucionalmente encarregado. De tal maneira, cabe ao magistrado o controle da legalidade dos termos do acordo apresentado, e a resultante homologação ou recusa

⁴ LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. Ed. Lumen Juris, 7ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

do acordo apresentado⁵. Este afastamento do juiz das negociações de acordo se faz interessante, no sentido de que o eventual desgaste obtido por uma tratativa malsucedida poderia ter influência na opinião do juiz⁶.

A decisão do juiz de ratificar os termos da colaboração não tem caráter decisório ou definitivo, não causando o efeito de coisa julgada nem assegurando os seus benefícios ao colaborador. Desta forma, podem as partes retratar-se da proposta até a sentença, onde o magistrado fará o reexame dos termos do acordo, aplicando os efeitos que julgar razoáveis⁷. A decisão judicial carece de autonomia, uma vez que o conteúdo da mesma está vinculado ao da decisão condenatória dos réus, entre os quais se incluiria o delator, de modo a entender que a absolvição ou extinção da punibilidade dos réus impossibilitaria a eficácia dos termos do acordo, ainda que previamente homologado⁸.

Uma problematização levantada por Tórtima e Borges⁹ é a dos limites da atuação do juiz após a oitiva do colaborador. Afinal, se após ouvir o colaborador e verificar a falha em um dos requisitos do acordo (regularidade, legalidade e voluntariedade), o juiz tomaria as providências cabíveis. Neste caso, a posterior homologação não seria vista como controle do juiz de suas próprias ações? Segundo os autores, esta abertura da lei violaria o caráter acusatório do processo penal, tornando a prova obtida em depoimento do colaborador ilícita. Neste sentido, Renato Brasileiro de Lima¹⁰ elenca duas correntes doutrinárias anteriores à lei das organizações criminosas, no tocante à necessidade da homologação do acordo pela autoridade judiciária. A primeira diz que não existiria a necessidade automática da homologação do juiz, pois na fase de

⁵ PACHELLI, Eugênio. FISHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência – Ed. Atlas, 5ª Edição, 2013.

⁶ CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. Crime organizado – Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013 – Ed. JusPodium, 2ª Edição, 2014.

⁷ GRECO FILHO, Vicente. Comentários à Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850/13 - Vicente Greco Filho. – São Paulo: Saraiva, 2014.

⁸ PACHELLI & FISHER, 2013

⁹ TÓRTIMA, Fernanda Lara. BORGES, Ademar. **Os limites da atuação do juiz na delação premiada** – Artigo publicado no site <http://www.conjur.com.br/2015-fev-18/limites-atuacao-juiz-delacao-premiada> - acesso em 11/05/2015.

¹⁰ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal – Volume Único**, 2ª Edição, 3ª Tiragem, Salvador, 2014.

inquérito ou do processo judicial, o colaborador possuiria uma mera expectativa de direitos, sem qualquer exigência por parte do magistrado de observar os termos do acordo e homologá-los. A segunda corrente entende pela homologação do juiz, caso cumpridos os termos do acordo, sendo considerada desleal a conduta do Estado se o prêmio legal previamente acordado não fosse devidamente concedido. Após a promulgação da lei 12.850/2013, é fato de que a homologação judicial é necessária para a efetivação do acordo.

1.2 – Da legitimidade para a propositura do acordo – O papel do delegado de Polícia e o *Dominus Litis*

O legislador brasileiro conferiu a legitimidade para a propositura de acordo de colaboração ao Ministério Público e ao delegado de Polícia, de acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º da Lei das Organizações Criminosas. Neste tópico, a lei promulgada divergiu da proposta do Grupo de Trabalho a que coube formular o anteprojeto, que vislumbrando o Ministério Público como titular exclusivo da ação penal, garantia esta dada pela Carta Constitucional em seu artigo 129, parágrafo I, concederia apenas ao *Parquet* a legitimidade para a propositura de acordo de colaboração. Deste princípio decorreria o fato de apenas o representante deste poder dispor da ação penal, de forma total ou parcial. Conseqüentemente, pode-se inferir que o parágrafo acima referido é inconstitucional ao dar a titularidade da propositura de acordo ao delegado, ainda que sejam necessárias a manifestação do Ministério Público e a homologação do juiz¹¹ (SILVA, 2014).

Este pensamento vai ao encontro de Pacelli e Fisher¹², que contém severas críticas à legitimidade creditada ao delegado, citando diretamente a Constituição Federal, e sua denominação das funções da polícia judiciária, assim como as do Ministério Público, em especial a titularidade privativa deste, em relação ao juízo de valor do fato e de sua caracterização como crime, bem como o exame das condições da ação penal. Numa análise mais aprofundada, os autores citados problematizam a

¹¹ SILVA, Eduardo Araújo da. **Organizações criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13** – São Paulo, Atlas, 2014.

¹² PACELLI & FISHER, 2013.

hipótese de o promotor divergir da colaboração proposta por delegado. O parágrafo 2º do artigo 4º da lei 12.850/13 prevê no que couber, a utilização, por analogia, do artigo 28 do CPP, que cita a revisão ministerial pelo Procurador-Geral de Justiça, em caso de discordância do magistrado do pedido de arquivamento da denúncia. Esta medida causaria um conflito de atribuições entre o *parquet* e a polícia judiciária, sem falar da flagrante inconstitucionalidade constatada no fato de um órgão diverso do Ministério Público ter a tutela do poder de iniciar ou extinguir a ação penal. Ainda no tocante à remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, Vicente Greco Filho¹³ relata que esta analogia se mostra inutilizável, uma vez que a proposta do *Parquet* não vincula o juiz, que pode indeferir a homologação.

Entendimento diverso pode ser encontrado na obra de Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto¹⁴, que a única hipótese a ser analisada pelo plano de constitucionalidade seja a do acordo proposto por delegado e homologado pelo juiz sem ratificação do Ministério Público. Nesta situação, os doutrinadores referidos aceitam a representação do delegado no intuito de conceder o perdão ao colaborador como um ato inserido no rol de atribuições do mesmo, de forma semelhante à representação pela prisão preventiva (artigo 13, IV do CPP), ou pela decretação de prisão temporária (artigo 2º da Lei 7.960/89). Defendem ainda que a concessão de perdão judicial pode ser sentenciada de ofício pelo juiz, sem requerimento prévio. Assim sendo, não entendem pela sugestão da autoridade policial como impedimento ao favor legal, nem pela suposta capacidade postulatória concedida ao delegado pelo diploma legal objeto deste estudo, pois não cabe recurso ao delegado pelo indeferimento da concessão do perdão ao colaborador, nos termos do artigo 577 do CPP, conferindo ao Ministério Público ou ao querelante, réu, procurador ou defensor a tutela do direito de recorrer da decisão do magistrado. Ainda, no tocante à remessa dos autos ao chefe do Ministério Público em caso de recusa de homologação do juiz (artigo 28 do CPP), os doutrinadores entendem pela impossibilidade de homologação por parte de outra pessoa que não o juiz da causa.

¹³ GRECO FILHO, 2014.

¹⁴ CUNHA & PINTO, 2014.

Andrey Borges de Mendonça¹⁵ cita a exigibilidade de manifestação do órgão ministerial quando da propositura do termo de acordo pelo delegado de Polícia, através de participação ou mera concordância, além de citar a impossibilidade da homologação do juiz sem tal manifestação. No entanto, finaliza colocando que é primordial uma ação conjunta entre a polícia judiciária e o Ministério Público no intuito de combater o crime organizado e dar efetividade à persecução penal, no interesse da coletividade.

II. Parágrafo 7º

2.1 – Da Competência para a Homologação do Acordo

O pedido de homologação de acordo será protocolado em cartório distribuidor, e designado a um juiz, desembargador ou ministro, em caráter de sigilo, com a finalidade de resguardar a identificação do colaborador e do objeto do termo. Caso o a ação já se encontre em fase judicial, o incidente de colaboração premiada será remetido ao juiz da causa, assim como no caso de prevenção. Primeiramente, o magistrado deve verificar sua competência para a homologação do acordo (como no caso de concurso de jurisdição, quando envolver pessoas com foro privilegiado). O juiz tem o prazo de 48 horas para decidir quanto à homologação do acordo, e neste prazo, pode ouvir sigilosamente o colaborador, na presença de seu defensor, podendo para este fim ir até o local onde se encontra o delator, bem como fazê-lo por meio eletrônico, a exemplo da videoconferência¹⁶.

2.2 – Dos Requisitos das Declarações do Colaborador

Neste ponto do processo de formalização do acordo de colaboração, antes da devida homologação do mesmo, cabe ao juiz verificar os requisitos elencados no parágrafo 7º do artigo 4º da Lei 12.850/13. O supracitado parágrafo menciona a

¹⁵ MENDONÇA, Andrey Borges de. **A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013)** – Revista Custus Legis, Vol. 4, 2013.

¹⁶ DIPP, Gilson. **A “delação” ou colaboração premiada: uma análise do instituto pela interpretação da lei**. Brasília: IDP, 2015. Disponível no <http://www.idp.edu.br/publicacoes/portal-de-ebooks>

regularidade, a legalidade e a voluntariedade como pressupostos para a validação do acordo.

A voluntariedade do colaborador é fundamental para a consolidação do acordo, e é uma das questões mais delicadas do processo no plano prático, vista a possibilidade concreta da ocorrência de intimidações para que a colaboração tenha efeitos. Se for possível o cometimento de excessos na busca de uma confissão do acusado ou indiciado, também pode isto acontecer com o possível colaborador, caracterizando a ilicitude da prova alcançada, em decorrência da impossibilidade da obrigação do acusado de se autoincriminar ou colaborar com as investigações¹⁷.

O legislador toma uma série de precauções neste ponto, de modo a efetivar a voluntariedade do colaborador. Há a exigência de que em todos os atos deste processo o colaborador esteja acompanhado e devidamente representado por seu advogado, e de que haja consenso entre ambos em relação aos termos da colaboração. Outra cautela tomada foi a de haver a possibilidade de oitiva do colaborador por parte do juiz, com o escopo de se verificar a voluntariedade do colaborador. Outras medidas tomadas foram a necessidade de o acordo ser escrito e assinado por todas as partes compositoras do mesmo, contendo declaração de voluntariedade do colaborador e de seu representante legal, além da preferência de registro dos atos por meio audiovisual¹⁸.

A legalidade do acordo remete à harmonização entre os termos do acordo e o ordenamento jurídico vigente. Fará o magistrado a análise do documento que contém as especificidades do acordo, e verificará se estão em sincronia com a lei e com a Constituição. Exemplos de infrações de legalidade são o acordo proposto por delegado de Polícia sem a ratificação do Ministério Público¹⁹ ou a ausência do defensor nas tratativas referentes ao acordo. O acordo homologado eivado de ilegalidade pode ser atacado pelas partes, mesmo em caráter sigiloso²⁰.

Já a regularidade, ou efetividade da colaboração, é caracterizada pelo dever de colaboração permanente do delator, que deve permanecer à disposição das

¹⁷ SILVA, 2014.

¹⁸ MENDONÇA, 2013

¹⁹ LIMA, 2014

²⁰ DIPP, 2015

autoridades até o deslinde do processo judicial²¹. Para que sejam aplicados os prêmios legais negociados entre o colaborador e o Estado, devem ser alcançados os requisitos elencados nos incisos I a V do artigo 4º da lei objeto de estudo. Os requisitos descritos são alternativos, e não cumulativos, de forma que a obtenção de apenas um deles dá ensejo à formalização do acordo. A eficácia da colaboração é condição fundamental para a concessão dos benefícios descritos no termo de acordo²².

Posteriormente à homologação judicial do acordo, o colaborador pode ser ouvido pela outra parte (Ministério Público ou delegado de Polícia). O dispositivo, encontrado no parágrafo 9º do artigo 4º da Lei em tela, parece um tanto quanto desnecessário, afinal a homologação do acordo foi, em regra, precedida por oitivas do colaborador. Desta forma, apenas a descoberta de fato novo ensejaria um novo depoimento do delator²³.

III. Parágrafo 8º

3.1 – Da Recusa da Homologação pelo Juiz – Adequação ao Caso Concreto

O juiz competente para a homologação do acordo pode, antes de confirmar os termos, retificar alguns aspectos do acordo, colocando-o dentro da legalidade, sem adentrar ao seu conteúdo. Um exemplo é a proposição de renegociação do prêmio legal obtido com a colaboração, por o mesmo acordado anteriormente não ser previsto em lei. Não cabe ao juiz determinar qual a sanção adequada, pois esta ação seria atentatória à imparcialidade necessária ao juiz. No exemplo apresentado, o recurso cabível para modificar o ato judicial seria o de correção parcial, corrigindo erro de procedimento do magistrado²⁴.

Questão levantada por Rogério Cunha e Ronaldo Pinto²⁵ é a visualização do acordo como direito público subjetivo do delator, ou estaria o mesmo sujeito à discricionariedade do juiz. Os autores acima apontados entendem pela primeira opção, ressaltando que o juiz é submetido a uma discricionariedade regrada, de modo

²¹ SILVA, 2014

²² MENDONÇA, 2013

²³ DIPP, 2015

²⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

²⁵ CUNHA & PINTO, 2014

que o acordo convencionado por ambas as partes, e cujos requisitos objetivos (artigo 4º, I a V) e subjetivos (artigo 4º, parágrafo 1º) forem atendidos, o magistrado não terá alternativa senão homologar o termo de colaboração. Caso um dos requisitos não seja atendido, a homologação deve ser negada. Este entendimento vai ao encontro de decisão de tribunal superior, como no caso dos HC 84.609-SP e HC 26.325-ES, julgados pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Nele, o entendimento colegiado foi de que, preenchidos os requisitos, a incidência do prêmio legal derivado do acordo é obrigatória.

IV. Parágrafo 9º

4.1 – Da Homologação do Acordo e da Oitiva do Colaborador

Posteriormente à homologação judicial do acordo, o colaborador pode ser ouvido pela outra parte (Ministério Público ou delegado de Polícia). O dispositivo, encontrado no parágrafo 9º do artigo 4º da Lei em tela, parece um tanto quanto desnecessário, afinal a homologação do acordo foi, em regra, precedida por reiterados depoimentos do colaborador. Desta forma, apenas a descoberta de fato novo ensejaria um novo depoimento do colaborador. No entanto, uma vez homologado o acordo, não se presume o acordo como passível de reabertura. Uma nova oitiva por parte do Ministério Público ou do delegado de Polícia pode ser feita a qualquer tempo, de modo a viabilizar novas diligências²⁶.

É possível deduzir que a vontade do legislador, ao permitir tal oitiva, era a de oportunizar ao colaborador a prestação de novas informações às autoridades, ou a de complementar informações dadas em momento anterior, ou até mesmo denunciar possíveis ameaças contra sua integridade ou a de sua família, podendo neste momento requisitar medidas de proteção, de acordo com a lei 9.807/99²⁷.

Se inquirido em relação a fato relacionado a terceiros, o colaborador será ouvido na qualidade de testemunha, devendo dizer a verdade, podendo ser responsabilizado nos termos do artigo 19 da Lei de Organizações Criminosas, que dispõe sobre a colaboração caluniosa ou fraudulenta²⁸. Conforme leciona Renato Brasileiro de

²⁶ DIPP, 2015

²⁷ CUNHA & PINTO, 2014

²⁸ MENDONÇA, 2013

Lima²⁹, o depoimento do colaborador no processo referente aos coautores dos delitos, há a necessidade de se observarem os princípios do contraditório e da ampla defesa, afinal, o delator age como testemunha em juízo nos processos contra os outros partícipes dos crimes. Portanto, tendo em vista a necessidade do contraditório para a produção de prova no processo (vide artigo 155 do CPP), é fundamental a possibilidade de as partes se manifestarem durante o depoimento. Interessante ressaltar que, quando na condição de réu, o delator tem preservado o seu direito ao silêncio³⁰.

V. Parágrafo 10º

5.1 – Da Retratação da Proposta de Acordo, e da Impossibilidade do Uso de Provas em Desfavor do Acusado

Um acordo é a um encontro de duas vontades, e no caso da colaboração premiada, qualquer uma das partes pode retratar-se dos termos do acordo até o momento da homologação pelo juiz. Esta preclusão do direito de retratação previne a propositura de falsos acordos de colaboração por parte do Ministério Público, retratando-se após a sentença e negando a concessão do prêmio legal previamente acordado³¹.

Guilherme de Souza Nucci³² reflete sobre a motivação que pode levar as partes a uma retratação. Nucci escreve que o Ministério Público pode retratar-se por conta da ineficiência da delação na elucidação de fatos e na colheita de novas provas, dando ao órgão a prerrogativa de retirar da mesa os termos do acordo. Quanto ao colaborador, este pode vir a perceber um maior prejuízo do que o ganho proveniente do acordo, e desistir do acordo com o Estado. O autor enfatiza que a desistência só é possível após a homologação do acordo e antes da sentença judicial.

A retratação do acordo, não contemplada no anteprojeto da Lei 12.850/2013, pretende que o colaborador que retratar-se dos termos do acordo, tenha sua condenação baseada apenas em suas declarações, de acordo com o artigo 200 do Código de Processo Penal. Todavia, quaisquer outras provas derivadas do processo

²⁹ LIMA, 2014

³⁰ LOPES JR, 2011

³¹ LIMA, 2014

³² NUCCI, 2014

de colaboração poderão ser levadas a juízo e valoradas. Pode-se entender o arrependimento do colaborador, mas a desistência do Ministério Público seria inadequada, pelo fato de que quebraria a confiança neste órgão depositada, dado que as provas trazidas pelo colaborador poderiam levar à novos fatos ou provas³³. O princípio *nemo se detegere*, impede que quaisquer fatos autoincriminadores possam ser utilizados contra o acusado, assim como no caso de recusa de concessão do benefício, por entender o juiz que a colaboração não teve resultados frutíferos³⁴. Pode ser levantada a possibilidade de que a ação mais prudente seria o desentranhamento do material probatório adquirido através da colaboração (por analogia ao disposto no artigo 157, parágrafo 3º do CPP), em atenção a princípios constitucionais do processo penal, como o contraditório, a ampla defesa e o direito de não incriminar a si mesmo³⁵.

Na ocasião de o delator se arrepender e retratar-se de suas declarações, nenhum benefício será concedido, vez que tais informações não podem ser valoradas em juízo. A jurisprudência ratificou este entendimento, tendo como exemplo o HC 120.454-RJ, em que a 5ª Turma do STJ negou pedido de diminuição de pena, pois o delator retratou-se em juízo, tornando as declarações dadas anteriormente inutilizáveis pelo juiz.

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp³⁶ aduz que a proposta de acordo sempre é feita pelo órgão estatal (MP ou Polícia Judiciária) e, portanto, só caberia a retratação para estas. Neste caso, as provas que incriminem o delator estarão instantaneamente descartadas, enquanto todas as outras são válidas. Guilherme Nucci³⁷ defende que a retratação do acordo também deve ser objeto de homologação judicial, para que a mesma seja objeto de uma adequada ponderação, valorando suas vantagens e desvantagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³³ SILVA, 2014

³⁴ GRECO FILHO, 2014

³⁵ CUNHA & PINTO, 2014

³⁶ DIPP, 2014

³⁷ NUCCI, 2014

É clara, e até mesmo esperada, a diversidade de opiniões doutrinárias acerca da estrutura da lei, de sua legalidade e até mesmo de sua constitucionalidade. A ausência de jurisprudência solidificada é outro elemento que dificulta uma análise prática segura em relação aos efeitos concretos da lei. No entanto, é inegável a ampla utilização do diploma legal estudado, num esforço para uma maior elucidação e compreensão das estruturas das organizações criminosas atuantes no país. Maior exemplo da aplicação da Lei referida é no caso da “Operação Lava-Jato” conduzida pela Justiça Federal. Nesta, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, por diversas vezes, fizeram uso da colaboração premiada como meio de chegar a novos fatos e provas.

Faz-se necessária uma meticulosa análise da lei em questão, a fim de corrigir possíveis falhas ou lacunas deixadas pelo legislador, tendo em vista os princípios constitucionais que regem o processo penal. De todo modo, a Lei de Organizações Criminosas tem sido um grande auxiliar do Poder Público no combate ao crime organizado, e seu aperfeiçoamento é importante objetivo no enfrentamento da criminalidade.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. **Crime organizado – Comentários à nova lei sobre o Crime Organizado – Lei nº 12.850/2013** – Ed. JusPodium, 2ª Edição, 2014.

DIPP, Gilson. **A “delação” ou colaboração premiada: uma análise do instituto pela interpretação da lei.** Brasília: IDP, 2015. Disponível no <http://www.idp.edu.br/publicacoes/portal-de-ebooks>

GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850/13** - Vicente Greco Filho. – São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal – Volume Único**, 2ª Edição, 3ª Tiragem, Salvador, 2014.

LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional.** Ed. Lumen Juris, 7ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONÇA, Andrey Borges de. **A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013)** – Revista Custus Legis, Vol. 4, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACELLI, Eugênio. FISHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência** – Ed. Atlas, 5ª Edição, 2013.

SILVA, Eduardo Araújo da. **Organizações criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13** – São Paulo, Atlas, 2014.

TÓRTIMA, Fernanda Lara. BORGES, Ademar. **Os limites da atuação do juiz na delação premiada** – Artigo publicado no site <http://www.conjur.com.br/2015-fev-18/limites-atuacao-juiz-delacao-premiada> - acesso em 11/05/2015.